

O PEQUENO PRODUTOR EM UMA AGRICULTURA CAPITALISTA

José Roberto Medina LANDIM*
Manoel Antonio de Almeida MONTEIRO *

RESUMO: A pesquisa se propõe a compreender a permanência da pequena produção em uma agricultura de caráter capitalista. Os tipos de produtos explorados constituem-se no principal elemento de diferenciação das três categorias de pequenos produtores caracterizados neste estudo.

UNITERMOS: O pequeno produtor agrícola; agricultura capitalista; tipos de produtos explorados.

INTRODUÇÃO

A questão da pequena produção na agricultura tem sido alvo de estudos e debates por vários segmentos das ciências sociais na tentativa de definição das suas características, principalmente, em uma agricultura de país subdesenvolvido.

Geralmente, nas pesquisas tenta-se posicionar o papel preponderante do pequeno produtor como supridor de alimentos e fornecedor de mão-de-obra para os setores agrícolas e não agrícolas. Apesar destas funções específicas que lhe são conferidas, o campesinato requer um estudo mais aprimorado, de modo a se ter uma visão compreensiva no processo de produção capitalista. Neste aspecto é que reside o problema a ser caracterizado nesta pesquisa.

A região de Ribeirão Preto no estado de São Paulo apresenta uma estrutura produtiva calcada em intensivo processo de modernização, onde prevalecem as culturas do complexo agro-industrial da cana-de-açúcar e da citricultura. Coexistem também *bolsões* de agricultura explorada por pequenos produtores que sofrem evidentemente a influência da grande exploração capitalista em predominância.

* Departamento de Economia Rural – Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – UNESP – 14.870 – Jaboticabal – SP.

Diante desta situação, como se explica a persistência da pequena unidade produtiva numa lógica e dinâmica produção de caráter eminentemente capitalista? Paira também a indagação de se conhecer melhor os tipos de produtores engajados neste sistema e até mesmo de se identificar comparativamente as diversas modalidades de pequenos produtores existentes. Tais questões poderão ser analisadas nas partes subseqüentes desta pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

1 – Base conceitual do camponato

O conceito de camponês assume uma multiplicidade de formas, de acordo com o ângulo de análise a ser feita pelo sociólogo, economista e antropólogo. Mesmo assim, na área de sociologia rural duas orientações embasam o seu conceito. A primeira se assenta na evolução e gênese histórica desenvolvida pelo historiador francês Marc Bloch. O autor, ao estudar a história da França, remontando desde o império romano, constatou a coexistência de uma camada inferior e subordinada de camponeses a uma superior cognominada de senhorial. Com o decorrer do tempo, a Revolução Francesa mantém as unidades camponesas não mais dependentes de uma camada senhorial mas da própria sociedade urbana (8: 14-15).

A segunda perspectiva de abordagem tenta situar o camponês no tempo e no espaço com referência a diversos tipos de sociedades. Com esta visão, MENDRAS(6), retomando o estudo clássico de Redfield, faz confronto de alguns caracteres peculiares a uma sociedade primitiva, camponesa e industrial. Em função do contraste entre o selvagem e o agricultor, a sociedade camponesa apresenta os seguintes traços fundamentais: a sua autonomia relativa em relação à sociedade envolvente; o caráter predominante de auto-subsistência do seu sistema produtivo; a fraca especialização no tocante às tarefas a serem executadas; a importância do grupo doméstico na organização da vida econômica e social. Além disso, uma organização social de alto inter-conhecimento mediada pelas relações débeis com a sociedade envolvente. Estes traços devidamente articulados formam um tipo ideal de sociedade camponesa que pode ser encontrada em várias partes do mundo atualmente e nas civilizações passadas (6: 11-15). Corroborando e complementando o tipo de análise precedente, WOLF(16) tenta definir o papel intermediário de uma sociedade camponesa com relação aos caracteres extremos da sociedade primitiva e industrial. Na sua concepção, “O camponês não realiza um empreendimento no sentido econômico, ele sustenta uma família e não uma empresa” (16: 14). Esta a diferença fundamental que o autor apresenta em relação ao empresário agrícola. E complementa seu estudo fazendo a distinção entre o camponês e o produtor primitivo ao afirmar que “na sociedade primitiva os produtores controlam os meios de produção, inclusive o próprio trabalho, e trocam-no, junto com seus produtos, por bens e serviços definidos culturalmente como equivalentes a outros... A constituição de uma sociedade deste tipo não estará mais baseada na troca direta de bens e serviços equivalentes entre um grupo e outro; mas tanto bens como

serviços serão fornecidos primeiramente a um centro e só depois redistribuídos. Nas sociedades primitivas, os excedentes são trocados diretamente pelos grupos ou por seus membros; os camponeses, no entanto, são cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que os utilizam para assegurar seu próprio nível de vida, e para distribuir o restante entre grupos da sociedade que não cultivam a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca bens e serviços” (16: 15-16).

A classificação previamente discutida sobre a existência de “sociedades camponesas” e sua real aplicação para a realidade brasileira se torna inadequada. Isto porque no Brasil não se configurou historicamente uma sociedade tida como autenticamente camponesa.

A proposição alternativa seria conhecer melhor o que significa o campesinato, pois este parece refletir melhor a nossa realidade agrícola. Nesta ótica de análise, proposta por QUEIROZ(8), o campesinato seria um conjunto de camponeses ocupando na sociedade global uma posição de inferioridade sócio-econômica e política, embora não deixe de constituir a massa majoritária de população rural.

Apesar de não ter existido campesinato nos moldes europeus, pode-se dizer que no Brasil se configura um campesinato, também chamado de “sitiente”, apresentando os seguintes traços fundamentais: “É um trabalhador rural cujo produto se destina primordialmente ao sustento da própria família, podendo vender o excedente da colheita, deduzida a parte do aluguel da terra quando não é proprietário; devido ao destino da produção, é ele sempre policultor. O caráter essencial da definição do camponês é, pois, o destino dado ao produto, pois este governa todos os outros elementos com ele correlatos. Assim, dificilmente cultiva grandes extensões de terra; por outro lado, não sendo a colheita destinada à obtenção de lucro, não deve ela ultrapassar certo nível de gastos a fim de não onerar a disponibilidade econômica familiar – de onde se empregar preferencialmente sistema de cultivo e instrumentos rudimentares, e se utilizar a mão-de-obra familiar” (8: 29-30).

Nesta revisão do marco conceitual do campesinato, tanto a nível global como para a sociedade brasileira, se incluem indiferentemente as diversas categorias de posse da terra: parceiro, arrendatário, meeiro, agregado, morador ou o mais comum – o pequeno proprietário rural.

2 – Origem e evolução do campesinato no Brasil

A economia camponesa brasileira formou-se em bases bem diferentes da européia. Enquanto nesta existiu um sistema agrário feudal no qual se assentou a economia camponesa, no Brasil a situação é bem diferente: “não houve, como nas origens do agrarismo feudal, a constituição do latifúndio na base e em superposição a uma economia camponesa preexistente e que se perpetuou em seguida como objeto de exploração pelos latifundiários feudais” (9:45). Através destas considerações, três características fundamentais emergem e se interligam na nossa estrutura fundiária: a grande propriedade, a monocultura de exportação e o trabalho escravo.

Neste contexto, a agricultura camponesa no Brasil, em circunstâncias diversas da Europa, assumiu caráter subalterno e mesmo surgiu como imperativo das culturas de importação. Conseqüentemente, mediante o conceito original de camponês já analisado, no Brasil não existiu uma *sociedade camponesa*, com identidade própria, política, econômica e culturalmente. “Efetivamente, o que no Brasil constitui propriamente economia camponesa, isto representa, via de regra, um setor residual da nossa economia agrária... Aquilo que essencial e fundamentalmente forma esta nossa economia agrária, no passado como ainda no presente, é a grande exploração rural em que se conjugam em sistema a grande propriedade fundiária com o trabalho coletivo e em cooperação o conjunto de numerosos trabalhadores” (9: 46).

Embora nossa história econômica não tenha favorecido a formação de um amplo campesinato nas terras coloniais, isto também não impediu o surgimento de um protocampesinato escravista, também cognominado como a “brecha camponesa” (1: 133) no sistema escravista. Nestas condições, os escravos podiam realizar atividades agrícolas no interior das fazendas para o seu sustento, cujos excedentes poderiam ser levados ao mercado, dependendo das circunstâncias. A razão para a atividade camponesa coexistir com o escravismo foi assim analisada por CARDOSO: “Do ponto de vista econômico, a atribuição de uma parcela, e do tempo para cultivá-la, cumpria uma função bem definida no quadro do sistema escravista colonial: a de minimizar o custo de manutenção e reprodução da força de trabalho..., o fornecimento a baixo custo de roupa e alimentos aos escravos pelos senhores, e a abundância do fator terra” (1: 137).

O campesinato no Brasil não pode ser compreendido dentro de uma estrutura agrária feudal, nem reduzido a uma relação de produção tipicamente capitalista na forma de assalariamento disfarçado. Seu papel e evolução histórica no passado podem ser analisados sob uma ótica de acumulação capitalista assim explicitada por MARTINS (5: 24): “A questão do campesinato não se resolve igualmente ignorando ou minimizando a sua existência. É muito arbitrário reduzir o colono da fazenda de café ou morador de engenho de açúcar à condição de assalariado”. E o autor complementa a sua argumentação afirmando: “como o fazendeiro não era um senhor feudal, mas um negociante – proprietário de terras e escravos – as tarefas que não tivessem retorno econômico eram executadas por trabalhadores que nem representavam imobilização do capital nem do salário”(5: 38).

3 – A questão camponesa e o capitalismo

As duas direções básicas que levam o campesinato a assumir transformações em uma agricultura são: na primeira, o campesinato desaparece, cedendo lugar, pelo processo de concentração fundiária, à grande exploração capitalista, que utiliza quase exclusivamente a força de trabalho assalariada. A segunda via de transformação consiste na manutenção de um setor camponês que fica responsável por grande parcela da produção, principalmente de alimentos básicos.

A permanência do campesinato representa uma forma recriada pelo capitalismo para manter-se e até mesmo expandir-se. A explicação reside no fato de que “o investidor

camponês não visa o lucro ou a acumulação, mas simplesmente sua reprodução, contentando-se, pois, com o equivalente a um salário; no regime de investimento camponês, os preços agrícolas, computados de frações consideráveis correspondentes à renda e ao lucro do empresário, podem tender, a longo prazo, a só cobrir os gastos dispensados em capital constante e salário. Toda a mais-valia criada na economia camponesa seria, neste caso, irresistivelmente captada pelo capitalismo urbano”(13: 159).

O grande equívoco de muitos estudiosos na interpretação do papel do campesinato em uma agricultura capitalista está em analisá-lo e situá-lo como afuncional na dinâmica do sistema produtivo.

A relação recíproca entre o camponês e o capitalista neste processo de conservação ou dissolução é dominada pelo último que se beneficia de um modo de produção não capitalista que necessariamente não obedece a uma lógica externa e explícita do mercado. Uma das vantagens reside na reprodução ampliada da força de trabalho, que se torna um exército de reserva para as eventuais necessidades do sistema. Outro aspecto é que o produto da exploração camponesa fica `a disposição do mercado a custo inferior, pelo fato de representar apenas o custo de reprodução da força de trabalho familiar envolvida no seu processo produtivo. E finalmente, a submissão da economia camponesa ao capital impõe àquela um processo de transferência de recurso, tanto para a indústria como para o setor urbano(15).

Não obstante, em função do desenvolvimento capitalista, o campesinato poderá não caminhar linearmente para a proletarização. Se tal não acontecer, admite-se a convivência de um campesinato com um capitalismo autoritário, aquele subordinado a este país: “onde quer que preexista uma base camponesa, ela não é destruída pelo desenvolvimento capitalista (a não ser em parte) mas é mantida como uma forma subordinada de produção e a acumulação primitiva prossegue às suas custas” (14: 49). Esta afirmação evidencia que a acumulação capitalista destacada, correspondente às formas não capitalistas de produção, tal como a parceria e a pequena produção familiar, pode conviver com as explicitamente capitalistas. O próprio autor corrobora e finaliza a argumentação dizendo que “se aceitarmos a possibilidade de ver o campesinato constituindo um modo de produção, e dizemos que não desaparece com o advento do capitalismo autoritário, a sua subordinação segue-se como uma consequência teórica natural, ao mesmo tempo resolvendo a possível objeção a considerar esse modo de produção como tal pelo fato de ‘isolado’ não se reproduzir a si mesmo. É a própria subordinação que garante a sua reprodução” (14: 51).

O arcabouço teórico explicado permite a verificação de “formas camponesas” no Brasil em regiões distintas, tal como no Nordeste e nas regiões Sul e Sudeste.*

Nas regiões atrasadas do Nordeste, configura-se a preservação de um campesinato assumindo características internas e graus de dependência diferenciados em função da área de influência e mesmo de interesse dos latifúndios ou *plantation*(3).

* O estudo de CARVALHO (2) demonstra a articulação de formas de produção camponesa com a capitalista em estágios diferentes nos estados de São Paulo e no Piauí.

Por outro lado, na região Sudeste, especificamente no estado de São Paulo, observa-se um pequeno produtor mercantil especializado que não preenche as características peculiares de um camponês e não se identifica com um típico empresário capitalista. A persistência deste produtor está vinculada ao sistema agroindustrial* no caso da produção de tomate para indústria, no contexto do desenvolvimento do capitalismo na agricultura de São Paulo(4).

À medida que há uma maior articulação e dependência entre as formas capitalista de produção e o campesinato, este começa a se despojar de uma de suas características fundamentais – o grau de autonomia. Isto porque, embora mantenha a exploração familiar, vê-se forçado a integrar-se gradativamente no mercado de fatores e produtos. O que parece contraditório é que essa integração não significa a própria negação do caráter de subsistência da economia camponesa, pelo fato de sua lógica de organização produtiva permanecer preferencialmente dirigida para as necessidades da família. A coexistência da pequena unidade camponesa com a produção comercial capitalista não tem explicações determinadas exclusivamente pelas características atípicas e não capitalistas do campesinato, mas, pelo contrário, poderá ser melhor desvendada mediante sua articulação com a sociedade envolvente.

A análise teórica previamente discutida e os estudos empíricos apresentados dão suporte para uma redefinição do papel do pequeno produtor na agricultura brasileira e com maior razão quando este se situa numa agricultura moderna de caráter capitalista.

METODOLOGIA

1 – Obtenção dos dados

As informações para definição das características das pequenas unidades produtivas foram obtidas junto ao Banco de Dados do Projeto Milho-II. Este projeto foi desenvolvido na Microrregião Homogênea Serra de Jaboticabal incluindo cinco municípios: Jaboticabal, Viradouro, Pitangueiras, Pirangi e Taquaritinga, mediante aplicação de questionários a produtores rurais com referência ao ano agrícola 1978/79.

2 – Procedimentos para caracterização das pequenas unidades produtivas.

Para tipificar as modalidades de campesinato na região foram usados concomitantemente três critérios básicos: a área em hectares, a posse da terra e os tipos de produtos explorados. Com relação à área, foram consideradas como pequenas unidades produtivas as que atingem até 50 hectares. Na determinação da posse da terra foram incluídas agregadamente as unidades produtivas que exploram em parceria e arrendamento, em relação às que detêm a posse da terra.

* Análises similares foram constatadas por SORJ (11) e TAVARES DOS SANTOS (12), quando situam a inserção da produção camponesa respectivamente nas agroindústrias avícolas e vitícolas do Sul do país.

Com base na classificação feita pelo Instituto de Economia Agrícola (10: 33), os produtos explorados são divididos em modernos, em transição e tradicionais. Um produto é identificado como moderno quando exige alto padrão tecnológico no seu processo produtivo, não havendo condições para as unidades produtivas manterem técnicas convencionais no atendimento de níveis desejáveis de produtividade e rendimento. Em contrapartida, um produto é conceituado como tradicional, quando no seu processo produtivo exige baixos níveis de tecnologia, não havendo condições econômicas para as unidades produtivas empregarem técnicas intensivas de capital. Numa situação intermediária, os produtos em transição comportam tanto técnicas avançadas como primitivas, de acordo com o objetivo e adequação do sistema de exploração em vigência. Na categoria dos produtos modernos foram incluídos cana-de-açúcar, citrus, soja, algodão, aves e ovos; no grupo de produtos tradicionais foram considerados arroz, feijão, mamona, bovino de leite e corte e suínos e, em transição, café, milho, amendoim, cebola e banana. A unidade produtiva foi identificada e caracterizada como sendo moderna ou transicional ou tradicional, quando mais de 50% de seu valor de produção foram provenientes de uma das categorias da tríplice classificação.

Para comparação das tipologias de unidades produtivas com base nos critérios anteriormente expostos, foram empregadas cinco variáveis que refletem aspectos da sua relação do trabalho e de produção(7). As cinco variáveis foram assim definidas: a) Mão-de-obra familiar – aferida em dias/homens, usados durante o ano agrícola; b) Mão-de-obra assalariada – aferida em dias/homens empregados durante o ano agrícola; c) Nível de Tecnologia – aferido em função dos gastos em Crz com maquinaria própria ou alugada, fertilizantes, corretivos, defensivos e gastos com animais por unidade de área em hectares; d) Participação no mercado – pela relação entre o valor da produção comercializada e o valor da produção total; e) Diversificação agrícola – em função do somatório do quadrado da proporção do valor da produção proveniente de cada linha de produção em relação ao valor da produção total.

RESULTADOS

1 – Análise comparativa dos grupos de pequenas unidades produtivas

Em primeiro lugar, pelo Quadro 1 verifica-se até que ponto a condição do pequeno produtor, proprietário ou não, assume variações em cada uma das três classificações, com tipos de produtos explorados, levando-se em conta as cinco variáveis sócio-econômicas. De fato, pelo mesmo quadro, pode-se notar que tanto os pequenos proprietários como os não proprietários integrantes de unidades produtivas modernas não apresentam diferenças estatisticamente significativas, em termos das cinco variáveis sócio-econômicas: mão-de-obra familiar, mão-de-obra assalariada, nível de tecnologia, participação no mercado e diversificação agrícola.

QUADRO 1 – Valores do teste “t” entre as categorias de pequenos proprietários e não proprietários segundo os tipos de produtos explorados para as cinco variáveis sócio-econômicas na Microrregião Homogênea Serra de Jaboticabal – SP – 1978/79.

Variáveis Sócio-Econômicas	Produtos Modernos: Proprietários	Produtos Tradicionais: Proprietários	Produtos em Transição: Proprietários
	x Não Proprietários (G.L. = 36)	x Não Proprietários (G.L. = 38)	x Não Proprietários (G.L. = 47)
Mão-de-obra familiar	N.S.	N.S.	N.S.
Mão-de-obra-assalariada	N.S.	N.S.	N.S.
Nível de Tecnologia	N.S.	N.S.	N.S.
Participação no mercado	N.S.	N.S.	2,22*
Diversificação agrícola	N.S.	2,29*	2,06*

Fonte: Dados calculados da pesquisa

N.S.=Não significativo a 5%; * = significativo a 5%.

Mediante o mesmo procedimento, considerando-se as pequenas unidades produtivas que exploram produtos tradicionais, verifica-se, através do Quadro 1, que os proprietários sendo comparados com os não proprietários apresentam diferenças estatisticamente significativas apenas com relação à diversificação agrícola, em nível de 5%. No mesmo quadro, constata-se que as outras quatro variáveis: mão-de-obra familiar, assalariada, nível de tecnologia e participação no mercado não apresentam diferença estatística em nível de 5%.

Analogamente, tomando-se apenas as pequenas unidades produtivas que exploram produtos em transição, constata-se pelo Quadro 1, mediante o confronto de proprietários e não proprietários, que as variáveis participação no mercado e diversificação agrícola se apresentam com valores estatisticamente significativos em nível de 5%. Em contrapartida, no mesmo quadro, as variáveis mão-de-obra familiar, assalariada e nível de tecnologia indicam valores estatisticamente não significativos em nível de 5%.

Pelos resultados obtidos, precedentemente, têm-se subsídios para se tipificarem as pequenas unidades produtivas com base no critério de tipos de produtos explorados, visto que a posse da terra, ao que tudo indica, não se tornou um fator discriminante para tanto.

Assim, através do Quadro 2, mediante o confronto das pequenas unidades produtivas modernas e tradicionais, constata-se que há uma diferença estatística significativa entre todas as cinco variáveis.

Pode-se observar que a mão-de-obra assalariada, o nível de tecnologia e a participação no mercado apresentam um alto valor do teste *t* com nível de significância atingindo a 0,1%. Com menores valores do teste *t* se apresentam a diversificação agrícola e a mão-de-obra familiar, com nível de significância respectivamente de 1% e 5%.

QUADRO 2 – Valores do teste *t* entre as categorias de pequenos produtores segundo os tipos de produtos explorados para as cinco variáveis sócio-econômicas na Microrregião Homogênea Serra de Jaboticabal — SP-1978/79.

Variáveis Sócio- Econômicas	Pequenos produtores que exploram		
	Produtos Modernos	Produtos Modernos	Produtos tradicionais
	x	x	x
	Produtos Tradicionais (G.L. = 76)	Produtos em Transição (G.L. = 85)	Produtos em Transição (G.L. = 87)
Mão-de-obra Familiar	2,22*	2,26*	N.S.
Mão-de-obra assalariada	11,69***	7,15***	3,26**
Nível de tecnologia	4,84***	3,31**	2,13*
Participação no mercado	4,11***	3,25**	2,28*
Diversificação agrícola	3,02**	3,05**	N.S.

Fonte: Dados calculados da pesquisa

N.S.= não significativo a 5%; * = significativo a 5%; ** = significativo a 1%;*** = significativo a 0,1%.

As mesmas unidades produtivas modernas, sendo comparadas com as que exploram produtos em transição apresentam valores do teste *t* com nível de significância de 1% para as variáveis nível de tecnologia, participação no mercado e diversificação agrícola. No mesmo quadro, a mão-de-obra assalariada apresentou um valor para o teste *t* significativo em nível de 0,1%, enquanto a mão-de-obra familiar apresentou um nível de significância estatístico de apenas 5%. Finalmente, a comparação entre as pequenas unidades produtivas tradicionais e em transição indica que as variáveis que apresentam valores de *t* estatisticamente significativos foram: mão-de-obra assalariada com nível de significância de 1%, e também o nível de tecnologia e participação no mercado com nível de significância de 5%. As demais variáveis, no caso a mão-de-obra familiar e a diversificação agrícola, apresentam valores do teste *t* não significativos em nível de 5%.

CONCLUSÕES

a) Os dados da pesquisa evidenciaram que a Microrregião Homogênea Serra de Jaboticabal, onde prevalece uma agricultura moderna, a pequena produção assume tipologias diferenciadas. As múltiplas modalidades parecem estar vinculadas aos tipos de produtos explorados. Tanto é assim que, quando se confrontam os pequenos produtores que exploram produtos modernos, em relação aos que se dedicam a produtos tradicionais e em transição, notam-se nítidas diferenças, principalmente quanto ao uso da mão-de-obra assalariada, quanto aos níveis de tecnologia, participação no mercado e especialização na produção agropecuária.

b) A posse da terra não se constituiu como uma característica discriminatória da pequena produção na região. Isto porque os pequenos produtores, sendo agrupados em proprietários e não proprietários, não apresentaram diferenças quanto ao uso da mão-de-obra familiar e assalariada, quanto aos níveis de tecnologia e participação no mercado. Conseqüentemente, a condição de ser proprietário ou não, pouco representou como indicador na diferenciação da pequena unidade produtiva, sobretudo em se tratando de unidades especializadas em produtos modernos e tradicionais.

c) Entre as demais categorias de produtores estudados, a que explora produtos modernos apresentou um perfil de produção essencialmente mercantil, pelo fato de destinar essencialmente a produção tanto ao mercado externo como ao atendimento a um setor agroindustrial bem desenvolvido; nesta situação, para produzir e competir num mesmo plano com o empresário capitalista, empregam níveis avançados de tecnologia que implicam a adoção de pacotes tecnológicos intensivos de capital e de alto conteúdo energético. Aliado a isso, tendem a direcionar a composição da produção para um ou dois produtos modernos, tornando-se produtores especializados como acontece com o grande produtor capitalista. Apesar de apresentar um perfil de produção de caráter capitalizado, esta categoria consegue compatibilizar o uso da mão-de-obra familiar com a assalariada, sendo esta em nível complementar. O que vem configurar este produtor, são, na verdade, os seus traços mercantilistas, sem entretanto desfazerem-se de formas usuais não capitalistas, tais como o uso da parceria, do arrendamento e o próprio uso da mão-de-obra familiar não remunerada.

d) O outro tipo de pequeno produtor identificado e caracterizado são os que exploram produtos tradicionais que apresentam características contrastantes com o precedentemente analisado: Basicamente, a sua estrutura de produção assenta-se em produtos básicos de alimentação que geralmente atendem à subsistência da sua família, podendo o excedente ser canalizado para o mercado. Em decorrência disso, a estrutura produtiva torna-se diversificada como sendo uma alternativa para diminuir a possibilidade de risco no decorrer do processo produtivo. O produtor em questão aplica um precário instrumental tecnológico que possa ajustar-se mais às suas limitadas condições financeiras e até mesmo naturais. Em confronto com o pequeno produtor de produtos modernos, emprega

intensiva e exclusivamente a mão-de-obra familiar sem praticamente utilizar qualquer tipo de assalariamento.

e) Um terceiro tipo de pequeno produtor caracterizado é o que explora produtos em transição. Pelas características estudadas, o perfil deste tipo de produtor aproxima-se bem mais dos traços de pequeno produtor de produtos tradicionais. Tanto é que sua estrutura produtiva se apresenta também diversificada, empregando intensivamente a mão-de-obra familiar. Os aspectos diferenciadores em relação ao pequeno produtor de produtos tradicionais se evidenciam ao nível de um padrão tecnológico um pouco mais elevado, bem como ao nível de participação no mercado e ao uso em maior proporção da mão-de-obra assalariada.

f) Os três tipos de pequenos produtores caracterizados neste estudo não configuram um camponês na sua concepção clássica e nem mesmo as modalidades de campesinato encontradas em algumas regiões atrasadas do Brasil e, mais especificamente, no estado de São Paulo.

Aparentemente, o pequeno produtor da região especializado em produtos tradicionais é o que atende pelo menos parcialmente aos atributos de uma unidade de produção camponesa. Mesmo assim, este tipo de produtor não reproduz as características fundamentais de uma agricultura camponesa pelo fato de manter associada à produção de subsistência uma outra fortemente direcionada para o mercado. Poder-se-ia afirmar, conclusivamente, que na região não se constata uma unidade de produção camponesa em sua integralidade que explore com exclusividade produtos tradicionais, voltados essencialmente para a subsistência familiar.

Os outros tipos de pequenos produtores – especializados em produtos modernos e em transição – com maior nitidez não atendem aos pré-requisitos de um modelo de unidade de produção camponesa, pelo fato de estarem mais nitidamente vinculados e subordinados ao complexo agroindustrial das culturas exploradas na região.

g) Não se observando uma agricultura de molde camponês na região, contrapõe-se, por outro lado, uma pequena produção capitalizada, porém familiar e de caráter mercantil, sobretudo em se tratando de produtores especializados em produtos modernos. Os que se dedicam a produtos tradicionais e em transição se distanciam mais deste padrão, sobretudo por apresentarem menor intensidade de mercantilização e capitalização de sua agricultura.

Todavia, indistintamente, os pequenos produtores nos municípios estudados, em função dos tipos de produtos explorados, tendem a perder o seu caráter autárquico, tão peculiar a uma forma de produção camponesa, ficando mais dependentes das injunções e pressões de uma economia de mercado.

Não se verifica propriamente a destruição do campesinato na região mas, pelo contrário, há o surgimento de um neo-campesinato que se amolda às vicissitudes e necessidades de um modelo de produção eminentemente capitalista. O que vem desmistificar a tese, às vezes apregoada, de que a persistência de uma agricultura camponesa concomitantemente com uma de caráter capitalista faz parte de um resquício feudal que precisa ser superado.

A permanência da pequena produção na região pode ser melhor compreendida como uma forma recriada e articulada pelo próprio sistema capitalista numa tentativa de sua manutenção e até mesmo consolidação.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Prof. Argemiro Oliveira Souza pela leitura do texto original e pela revisão na parte lingüística.

LANDIM, J.R.M. & MONTEIRO, M.A.A. – Small farmer in capitalist agriculture. *Perspectivas*, São Paulo, 9/10: 37–49, 1986/87.

ABSTRACT: This work examines the characteristics and the permanence of small farmer under capitalism. The results showed that the cultivated products are the leading element that distinguishes those tree types of small farmers characterized in this study.

KEY-WORDS: Small farmer; capitalist agriculture; cultivated products.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CARDOSO, C.F.S. – *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979.
2. CARVALHO, J.C.M.de – *Camponeses no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1979.
3. CAVALCANTI, S.B. – A preservação do campesinato na área do Brejo Paraibano: a lógica interna de reprodução das pequenas unidades agrícolas e a intervenção dos programas governamentais de desenvolvimento. *Ciência e Cultura*, 37 (1): 16-24, jan. 1985.
4. LOPES, A.Y.D.P.& SALES, T. – Qual a classe social do novo pequeno produtor?: Implicações políticas de sua determinação. *Perspectivas*, 7 (1): 19-30, 1984.
5. MARTINS, J. de S. – *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981.
6. MENDRAS, H.– *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
7. MOLINA F^º, J. & MONTEIRO, M.A.A. – Camponês e empresários agrícolas. *Científica*, 4 (2): 132-41, 1976.
8. PEREIRA DE QUEIROZ, M.I. – *O campesinato brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1976.
9. PRADO JR., C. – *A revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1977.
10. SÃO PAULO – Instituto de Economia Agrícola. *Desenvolvimento da agricultura*. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1971. 362p.

11. SORJ, B. *et alii* – *Camponeses e agroindústria*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
12. TAVARES DOS SANTOS, J.V. – *Colonos de vinhos*. São Paulo, Hucitec, 1978.
13. VERGOPOULOS, K. – Capitalismo disforme. In: AMIN, S. & VERGOPOULOS, K. – *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 43-179.
14. VELHO, O.G. - *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro, Difel, 1979.
15. WANDERLEY, M. de B. – Algumas reflexões sobre o campesinato no Nordeste: conceito e realidade. *Ciência e Cultura*, 29 (5): 537-44, maio de 1977.
16. WOLF, E. R. – *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.